

## RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 363/2025

Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

**O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das suas atribuições, conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, conforme decidido na 90ª e na 94ª Sessão Plenária, realizada em 30 de janeiro de 2025 e 18 de fevereiro de 2025, adota a seguinte resolução,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

**Art. 2º** Revogar a Resolução CREMERJ nº 226, de 13 de novembro de 2007 e eventuais disposições contrárias.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2025.

**GUILHERME CASTELLIANO NADAIS**

Presidente

**MARCELO VELOSO PEIXOTO**

Secretário Geral

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?



Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

Central de Relacionamento: (21) 3184-7050

cremerj.org.br



cremerjoficial/



Cremerj/



c/Cremerj



company/cremerj



cremerj



## **ANEXO I DA RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 363/2025**

### **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Este Regimento Interno estabelece as normas de funcionamento e organização do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

#### **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 2º** O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro-CREMERJ, com sede na cidade do Rio de Janeiro, é dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira e constitui, com o Conselho Federal de Medicina e os demais Conselhos Regionais, uma Autarquia Federal, regendo-se pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, e seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958.

**§ 1º** A estrutura administrativa mínima do CREMERJ compreenderá, entre outros, os seguintes setores:

- I** – Assessoria Jurídica;
- II** – Setor de Licitações e Contratos;
- III** – Controle Interno;
- IV** – Recursos Humanos;
- V** – Tecnologia da Informação;
- VI** – Planejamento e Orçamento;
- VII** – Comunicação Institucional;
- VIII** – Protocolo e Arquivo.

**§ 2º** A criação, extinção ou alteração de setores será disciplinada por portaria da Presidência, aprovada pela Diretoria e compatibilizada com o organograma oficial do Conselho.

**Art. 3º** A Associação Médica Brasileira (AMB), através de sua filiada no Estado do Rio de

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?



Janeiro, designará um conselheiro efetivo e o seu correspondente suplente para integrar o Corpo de Conselheiros do Cremerj.

**Art. 4º** Duração e Composição da Diretoria:

**§ 1º** A Diretoria do Cremerj será composta por membros efetivos, eleitos de acordo com as disposições do Decreto nº 10.911, de 22 de dezembro de 2021, da Presidência da República.

**§ 2º** As eleições para a renovação da Diretoria do Cremerj serão realizadas a partir de 90 (noventa) dias antes do término até o último dia do mandato.

**§ 3º** Os membros da diretoria serão eleitos de acordo com os procedimentos estipulados no regimento eleitoral do Cremerj e deverão atender aos requisitos previstos pela legislação pertinente.

**§ 4º** Durante o exercício do mandato os membros efetivos da diretoria deverão cumprir suas atribuições com dedicação, responsabilidade e ética, sempre em consonância com os princípios e valores esperados para o cargo.

**§ 5º** Eventuais ausências ou impedimentos de membros efetivos da Diretoria serão tratados conforme os procedimentos estabelecidos no regimento interno do Cremerj, garantindo-se a continuidade e integridade das atividades administrativas e representativas.

**§ 6º** Qualquer alteração na duração dos mandatos ou na composição da Diretoria deverá ser submetida à apreciação e deliberação em sessão plenária do Conselho, nos termos deste Regimento Interno, da legislação federal aplicável e das normas do Conselho Federal de Medicina.

**Art. 5º** O conselheiro suplente exercerá as atribuições do titular quando este estiver impedido por período superior a 30 (trinta) dias ou em caso de vacância do cargo, situação em que cumprirá o restante do mandato vigente.

**Parágrafo único.** Os Conselheiros suplentes poderão ser designados para desempenhar todas as atividades essenciais para o funcionamento do Cremerj, ressalvada a ocupação de cargos diretivos.

**Art. 6º** A convocação dos Conselheiros suplentes será realizada por ato da Presidência do Cremerj, mediante resolução, respeitando-se a correspondência direta entre a numeração dos Conselheiros efetivos e suplentes, conforme listagem oficial ordenada alfabeticamente.

**§ 1º** Cada conselheiro suplente substituirá, preferencialmente, o conselheiro efetivo que ocupe a posição equivalente na listagem, excetuando-se o conselheiro indicado pela Associação Médica Brasileira (AMB), cujo suplente correspondente será o igualmente indicado por esta entidade.

**§ 2º** Na hipótese de o suplente correspondente estar impedido, renunciar, já ter sido

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?



convocado para substituir outro conselheiro ou inexistir suplente correspondente, a substituição será feita por sorteio entre os demais suplentes disponíveis, excluindo-se os já designados ou impedidos.

**§ 3º** O sorteio será conduzido pela Presidência, em plenária previamente designada para esse fim, com registro em ata, garantindo-se a transparência e a publicidade do ato.

**Art. 7º** Os Conselheiros têm o direito de solicitar licença de suas responsabilidades do cargo por até 90 (noventa) dias, prorrogáveis, de forma justificada, quantas vezes desejarem, devendo obrigatoriamente comunicar à Diretoria seu período de afastamento, a fim de garantir a transparência e a integridade do processo.

**§ 1º** Durante o período de licença, o Conselheiro se afastará das atividades do Conselho, mas seu cargo permanecerá ativo e sua posição será preservada.

**§ 2º** Durante o período de licença ou afastamento o Conselheiro estará impedido de exercer as atividades do Conselho.

**Art. 8º** As decisões do Corpo de Conselheiros serão tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo situações expressas que exijam quórum diferenciado, sendo que a sessão deverá contar com quórum mínimo de metade dos Conselheiros votantes para ser válida e iniciada.

**§ 1º** As sessões plenárias do Cremerj somente serão instaladas com a presença mínima de 11 (onze) Conselheiros efetivos, nos termos do §1º, do art. 32, do Decreto nº 44.045/1958.

**§ 2º** Nas sessões plenárias do Cremerj, o número máximo de votantes será de 21 (vinte e um) Conselheiros.

**§ 3º** Em caso de empate, o voto do Presidente da sessão será o voto decisivo.

**Art. 9º** O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, como órgão representativo e regulatório da classe médica, possui competências legais para assegurar o correto exercício da profissão, bem como para zelar pela ética e excelência na prática médica.

**Parágrafo único.** Ao Cremerj compete:

I - garantir o cumprimento e a aplicação das disposições legais relacionadas à prática médica, especialmente no que diz respeito aos princípios éticos, dentro do território do Estado do Rio de Janeiro;

**II - realizar a fiscalização das atividades de todas as instituições de saúde ou entidades afins, sejam elas públicas ou privadas, que estejam sob a sua supervisão, aplicando os mesmos princípios éticos pertinentes aos médicos individualmente;**

III - estabelecer Comissões de caráter administrativo e técnico, assim como formar Grupos de

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?





Trabalho com propósitos específicos, permitindo a inclusão, nas Comissões Técnicas, de médicos não pertencentes ao Corpo de Conselheiros e, nos Grupos de Trabalho, também profissionais não médicos;

**IV** - estabelecer Delegacias para o pleno exercício de suas atribuições em toda a área sob sua autoridade, estabelecidos por resoluções específicas;

**V** - implantar as Comissões de Ética Médica nas instituições que exerçam atividades relacionadas à Medicina no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com legislações específicas;

**VI - deliberar sobre a inscrição e o cancelamento dos profissionais no quadro do Conselho;**

**VII - manter registro dos médicos legalmente habilitados, com exercício na região;**

**VIII** - fiscalizar o exercício da profissão de médico e das pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos;

**IX** - conhecer, apreciar e decidir sobre assuntos relativos à ética profissional, e impor as penalidades cabíveis;

**X** - elaborar a proposta do seu regimento interno e submeter à aprovação do Conselho Federal de Medicina;

**XI - expedir carteira profissional;**

**XII - zelar pela conservação da honra, da independência do Conselho e do livre exercício legal dos direitos dos médicos;**

**XIII** - promover, por todos os meios ao seu alcance, o perfeito desempenho técnico e moral, o prestígio e o bom conceito da Medicina e daqueles que a exerçam;

**XIV - publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;**

**XV** - praticar os atos e as decisões que lhes sejam cometidos por lei;

**XVI** - representar ao Conselho Federal de Medicina sobre providências necessárias para a regularidade dos serviços e da fiscalização do exercício da profissão.

## CAPÍTULO III

### DA DIRETORIA

**Art. 10.** A Diretoria do Cremerj será composta por:

I - Presidente;

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?





II - Vice-Presidente;

### III - Secretário-Geral;

**IV - Primeiro-Secretário;**

**V** - Tesoureiro;

## VI - Primeiro-Tesoureiro:

**VII - Diretor de Sede e Delegacias;**

### VIII - Corregedor;

**IX - Vice-Corregedor.**

**Parágrafo único.** Os demais cargos e funções de apoio administrativo, inclusive aqueles de privativos de Conselheiros, serão instituídos por ato normativo da Presidência e aprovados pela Diretoria, submetido à Plenária.

**Art. 11.** As reuniões de diretoria serão agendadas semanalmente, em data e horário definidos pelo Presidente e em acordo com a maioria da Diretoria.

**Art. 12.** Quando ocorrer a vacância de um cargo na Diretoria, esse posto será ocupado por meio de eleição realizada pela Plenária do CREMERJ.

**Parágrafo único.** A eleição para ocupar o cargo vago será conduzida na primeira Sessão Plenária seguinte, seja ela ordinária ou extraordinária, especialmente convocada para esse propósito.

**Art. 13.** Será declarada a vacância do cargo de conselheiro efetivo ou de suplente, bem como de cargos da Diretoria, nas seguintes hipóteses:

I – falecimento;

**II – renúncia expressa;**

III – ausência injustificada por mais de 90 (noventa) dias consecutivos;

**IV** – licença usufruída por período superior a 90 (noventa) dias, caso em que a vacância somente será declarada na ausência de prorrogação regularmente autorizada.

**V** – recusa, sem justificativa legalmente aceita, de assumir vaga de conselheiro efetivo pelo conselheiro suplente regularmente convocado;

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?







**VI** – requerimento de licença por conselheiro suplente convocado para assumir vaga de efetivo, antes da respectiva posse;

**VII – perda do mandato de conselheiro.**

**Parágrafo único.** A vacância será declarada por ato da Presidência do Cremerj, *ad referendum* da Plenária do Cremerj, mediante justificativa fundamentada e registrada em ata.

**Art. 14.** O mandato de Conselheiro poderá ser extinto antes do término do período regular de sua investidura, caso cometa falta grave, nos termos definidos neste Regimento.

**Art. 15.** A extinção do mandato deverá ser precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e dependerá de deliberação de, no mínimo, dois terços dos Conselheiros efetivos, sendo a decisão submetida *ad referendum* do Conselho Federal de Medicina.

**§ 1º** A instauração do processo será feita por iniciativa da Diretoria, com instrução realizada por Comissão composta por três Conselheiros efetivos não integrantes da Diretoria, designados pelo Presidente e referendada pela Plenária.

**§ 2º** Considera-se falta grave, para os fins deste artigo:

I – exercer função remunerada direta ou indiretamente no Cremerj, em suas Delegacias ou em entidades contratadas por este;

**II – ser sócio, diretor ou administrador de pessoa jurídica prestadora de serviços ao CREMERJ;**

**III – receber, solicitar ou aceitar vantagem indevida em razão do cargo;**

**IV – patrocinar interesses próprios ou de terceiros em conflito com os interesses do CREMERJ;**

**V** – praticar conduta incompatível com a dignidade do cargo, inclusive mediante uso indevido de informações institucionais ;

**VI – obstruir processos ético-profissionais ou administrativos de forma reiterada e injustificada;**

**VII – ser condenado, com trânsito em julgado, por infração ao Código de Ética Médica, em qualquer Conselho Regional ou no Conselho Federal de Medicina;**

**VIII** – ser condenado criminalmente, com trânsito em julgado, por crime doloso contra a administração pública, contra a fé pública, contra a vida, contra a dignidade sexual ou por abuso de autoridade.

**§ 3º** Durante a tramitação do processo administrativo de que trata este artigo, o Conselheiro poderá ser afastado cautelarmente de suas funções por deliberação de, no mínimo, dois terços

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?



dos Conselheiros efetivos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 16.** Compete à Diretoria, como órgão colegiado, no âmbito de suas atribuições institucionais:

I – executar as deliberações do Corpo de Conselheiros;

**II –** propor à Plenária a criação de comissões permanentes ou temporárias, câmaras técnicas ou grupos de trabalho, indicando suas finalidades e composição;

III – deliberar, em conjunto, sobre assuntos administrativos internos que exijam decisão coletiva, excetuadas as competências específicas atribuídas a cargos individualizados neste Regimento;

**IV** – submeter à Plenária proposta orçamentária anual e suas alterações, elaborada em conjunto com o Tesoureiro;

**V** – autorizar medidas urgentes e necessárias à continuidade das atividades institucionais;

**VI** – acompanhar, avaliar e, quando necessário, revisar a execução do planejamento estratégico e das metas institucionais do CREMERJ, *ad referendum* da Plenária;

**VII – deliberar sobre a estrutura organizacional interna, mediante proposta do Presidente, com aprovação pela Plenária;**

**VIII** – manifestar-se sobre propostas normativas ou alterações regimentais antes de sua apreciação pela Plenária;

**IX** – encaminhar à Plenária os relatórios de gestão, contas e demais documentos previstos em lei ou regulamento do CFM;

**X** – exercer outras competências que lhe sejam atribuídas por deliberação da Plenária ou legislação pertinente.

**Parágrafo único.** A Diretoria somente deliberará validamente quando estiver reunida com a maioria de seus membros, sendo exigida a presença do Presidente ou de seu substituto legal.

**Art. 17.** Compete ao Presidente:

I - exercer liderança estratégica, definindo metas, diretrizes e iniciativas que promovam a excelência na prática médica e o bem-estar da população;

II - representar o Cremerj perante autoridades governamentais, órgãos regulatórios, instituições de saúde, mídia e outros atores, defendendo os interesses da classe médica, e tendo a prerrogativa de designar um representante em situações em que sua presença não seja possível;

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?











**Art. 21.** Compete ao Tesoureiro:

I - gerenciar as atividades financeiras do Cremerj, assegurando o uso responsável e eficaz dos recursos financeiros da instituição. O Tesoureiro também tem sob sua guarda e responsabilidade os bens do Conselho, sendo encarregado de efetuar recebimentos e pagamentos, bem como de dirigir, organizar e fiscalizar os serviços de Tesouraria, Contabilidade e ativo imobilizado;

II - participar da elaboração do orçamento do Cremerj, em colaboração com a Diretoria, assegurando a alocação adequada de recursos para cumprir as metas e objetivos;

III - supervisionar a contabilidade das receitas e despesas do Cremerj, mantendo registros precisos e assegurando o cumprimento das obrigações financeiras;

**IV** - assinar, em conjunto com o Presidente ou outros membros designados, cheques e demais documentos relacionados à receita e à despesa do Conselho;

**V** - desenvolver estratégias financeiras para o Cremerj, visando a sustentabilidade econômica da instituição e a otimização dos recursos disponíveis;

**VI** - avaliar oportunidades de investimento e projetos que possam beneficiar o Cremerj, analisando riscos e retornos potenciais;

**VII - apresentar balancetes financeiros trimestrais à Diretoria e ao Corpo de Conselheiros, prestando contas sobre a situação financeira e o progresso no cumprimento das metas estabelecidas;**

**VIII - encaminhar à Diretoria as solicitações provenientes da Comissão de Tomada de Contas, contribuindo para a transparência e a integridade das operações financeiras do Cremeri;**

**IX** - participar de negociações com fornecedores, instituições financeiras e parceiros, buscando condições vantajosas para o Cremerj;

**X** - garantir a conformidade com as regulamentações financeiras e fiscais, além de coordenar auditorias internas e externas quando necessário;

**XI** - administrar os investimentos financeiros do Cremerj, tomando decisões informadas para maximizar os retornos dentro das diretrizes estabelecidas;

**XII** - manter relacionamento com instituições bancárias e financeiras, facilitando transações e assegurando a eficiência na gestão financeira;

**XIII** - colaborar na elaboração de estratégias de planejamento tributário, buscando otimizar a carga fiscal do Cremerj dentro dos parâmetros legais;

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?





**XIV** - substituir o Primeiro-Secretário em suas ausências ou impedimentos, assegurando a continuidade das atividades da Secretaria do Cremerj.

**Art. 22.** Compete ao Primeiro-Tesoureiro:

**Parágrafo Único.** Substituir o Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos, garantindo a continuidade das atividades, principalmente nas sessões do Corpo de Conselheiros e da Diretoria, na assinatura em conjunto com o Tesoureiro, de cheques e demais documentos relacionados à receita e à despesa do Conselho e na coordenação das demais atividades, colaborando com a Diretoria para assegurar a execução eficaz das responsabilidades de cada membro.

**Art. 23.** Compete ao Diretor de Sede e Delegacias:

- I** - coordenar as atividades da Coordenação das Delegacias do Conselho (CODEL);
- II** - fornecer informações estratégicas à diretoria e ao Corpo de Conselheiros sobre questões envolvendo a estrutura física da sede e das Delegacias;
- III** - manter comunicação eficaz com os membros do Cremerj, mantendo-os informados sobre as atividades pertinentes à Sede e Delegacias.

**Art. 24.** Compete ao Corregedor:

- I** - supervisionar e coordenar as atividades da corregedoria do Cremerj, assegurando o cumprimento das normas éticas e regulamentações legais no âmbito da medicina;
- II** - receber, analisar e conduzir investigações sobre denúncias e queixas relacionadas à conduta médica, avaliando a veracidade dos fatos e tomando as medidas apropriadas, nos termos do código de processo ético profissional vigente;
- III** - conduzir processos disciplinares éticos-profissionais, garantindo o trâmite de forma justa, imparcial e transparente, de acordo com as normas e regulamentos;
- IV** - fornecer orientações éticas a médicos, membros e profissionais da área de saúde, esclarecendo dúvidas e fornecendo diretrizes para a conduta apropriada;
- V** - desenvolver programas de educação e conscientização sobre ética médica, visando promover a compreensão das normas éticas e boas práticas profissionais;
- VI** - mediar conflitos entre médicos ou entre médicos e pacientes, buscando soluções amigáveis e conciliatórias quando possível;
- VII** - colaborar com as Comissões de Ética Médica para garantir a consistência nas decisões e diretrizes éticas;



**VIII** - emitir pareceres técnicos sobre questões éticas e disciplinares, auxiliando na tomada de decisões e na formulação de políticas internas;

**IX** - avaliar casos jurídicos relacionados a questões éticas, fornecendo análises que possam impactar as decisões do Cremerj;

**X** - manter uma comunicação transparente e atualizada com os membros do CREMERJ sobre as atividades da corregedoria e ética;

**XI** - acompanhar o cumprimento das penalidades impostas em processos disciplinares, garantindo a observância das decisões tomadas;

**XII** - assegurar que os processos disciplinares sigam os princípios do devido processo legal, garantindo os direitos dos envolvidos;

**XIII** - elaborar relatórios regulares sobre as atividades da corregedoria e éticas, prestando contas ao Corpo de Conselheiros e à Diretoria;

**XIV** - substituir o Diretor de Sede e Delegacias em suas ausências ou impedimentos, assegurando a continuidade das atividades do Cremerj.

**Parágrafo único.** Compete ainda ao Corregedor instituir, por ato próprio, Câmaras de Julgamento compostas por Conselheiros, sempre que conveniente à organização e celeridade dos Processos Ético-Profissionais, devendo a criação ser aprovada pela Diretoria e comunicada à Plenária.

**Art. 25.** Compete ao Vice-Corregedor:

**I** - prestar assistência direta ao Corregedor nas atividades relacionadas à supervisão e coordenação das atividades do setor;

**II** - participar da análise e condução de investigações sobre denúncias e queixas relacionadas à conduta médica, apoiando o Corregedor na avaliação dos fatos;

**III** - colaborar na condução de processos disciplinares éticos-profissionais, contribuindo para a justiça, imparcialidade e transparência nos procedimentos dos termos do código de ética profissional;

**IV** - contribuir para a mediação de conflitos entre médicos ou entre médicos e pacientes, buscando resoluções amigáveis nos processos do setor;

**V** - colaborar com o cumprimento das penalidades impostas em processos disciplinares, assegurando a conformidade das decisões;

**VI** - contribuir para a garantia de que os processos disciplinares sigam os princípios do devido processo legal, respeitando os direitos dos envolvidos;



**VII** - colaborar na elaboração de relatórios regulares sobre atividades da corregedoria, prestando contas ao Corpo de Conselheiros e à Diretoria;

**VIII** - substituir o Corregedor em suas ausências ou impedimentos, assegurando a continuidade das atividades da corregedoria.

#### **CAPÍTULO IV DAS DELEGACIAS**

**Art. 26.** O Cremerj poderá criar Delegacias em diferentes municípios ou regiões do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de ampliar sua presença e promover a interação direta com os médicos em diversas localidades, com referendo da Plenária, seguindo os critérios das normativas do Conselho Federal de Medicina.

**Parágrafo único.** As Delegacias do CREMERJ, sua organização, funcionamento, composição e competências são reguladas por resolução específica, parte integrante da estrutura organizacional do Conselho.

**Art. 27.** Em caso de conflito entre este Regimento Interno e o Regulamento das Delegacias, prevalecerá o disposto na Resolução CREMERJ nº 297/2019 que “Dispõe sobre a estrutura organizacional e cria o Regulamento das Delegacias do CREMERJ”, salvo deliberação expressa da Plenária.

#### **CAPÍTULO V DAS COMISSÕES DE ÉTICA MÉDICA**

**Art. 28.** As Comissões de Ética Médica serão coordenadas pela Coordenação das Comissões de Ética Médica (COCEM);

**Art. 29.** Compete à COCEM:

**I** - promover a uniformização de procedimentos e critérios éticos adotados pelas Comissões de Ética Médica, de forma a garantir a consistência nas análises e decisões;

**II** - propor diretrizes e políticas que contribuam para o aprimoramento contínuo das Comissões de Ética Médica;

**III** - Receber relatórios das Comissões de Ética Médica, analisar suas atividades e promover avaliações periódicas de desempenho;

**IV** - Estabelecer canais de comunicação eficientes entre as Comissões de Ética Médica e os demais órgãos do Cremerj;

**V** - Realizar eleições e dar posse aos membros eleitos.





## **CAPÍTULO VI**

### **AS REUNIÕES PLENÁRIAS**

**Art. 30.** A convocação dos Conselheiros para as Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias poderá ser feita por meio de comunicação eletrônica, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

**Parágrafo Único.** Em caso de manifesta emergência, catástrofes ou situações que demandem uma ação imediata do Conselho, a convocação dos Conselheiros para as Sessões Plenárias Extraordinárias poderá ocorrer por meio de comunicação eletrônica, com antecedência menor que 72 (setenta e duas) horas.

**Art. 31.** A convocação de Sessões Plenárias Ordinárias ou Extraordinárias será de responsabilidade do Presidente do Conselho ou da maioria simples do Corpo de Conselheiros.

**Art. 32.** As Sessões ordinárias do Corpo de Conselheiros, de periodicidade mensal, serão divididas em duas partes: Expediente e Ordem do Dia.

**§ 1º** No **Expediente**, será realizada a leitura e revisão da Ata da sessão ordinária anterior, a qual será posta em discussão e submetida à votação, seguida de breve relatório sobre a situação financeira do Conselho.

**§ 2º** Na **Ordem do Dia** estarão incluídos Informes da Diretoria e dos Conselheiros, pauta previamente divulgada e assuntos gerais. Temas de assuntos gerais não serão objeto de votação, salvo urgência ou relevância, à critério da Presidência ou por decisão da plenária.

**§ 3º** Qualquer Conselheiro poderá solicitar retificação da Ata anterior, bem como a inclusão de sua manifestação na Ata daquela reunião.

**§ 4º** O Presidente da sessão poderá submeter a aprovação da ata sem sua leitura, desde que ela tenha sido enviada eletronicamente junto à convocação da Plenária e não houver manifestação em contrário.

**Art. 33.** As sessões de julgamento do Corpo de Conselheiros terão caráter reservado, sendo permitida a participação apenas das partes envolvidas, de seus respectivos advogados, nos termos da Lei nº 8.906/1994, e dos funcionários especificamente convocados.

**Art. 34.** A votação durante as sessões de julgamento de processo ético-profissional será obrigatoriamente nominal.

**Art. 35.** A votação durante as sessões das câmaras de julgamento de sindicâncias poderá ser por aclamação, quando não houver divergência.

**Art. 36.** Os Conselheiros poderão apresentar declarações ou justificativas de seus votos, as quais serão registradas na Ata da Sessão.



**Parágrafo único.** Nas sessões de julgamento de Processos Ético-Profissionais, é vedado ao Conselheiro apresentar declaração de voto que contenha exposição de argumentos sobre o mérito da causa com o intuito de influenciar o julgamento, após o encerramento das manifestações das partes. A declaração de voto deverá restringir-se à manifestação sucinta de posicionamento pessoal, sem reabertura de debates.

**Art. 37.** O Corpo de Conselheiros poderá solicitar a colaboração das Assessorias nas Sessões Plenárias, sempre que julgar necessário.

**Art. 38.** O conselheiro que, reiteradamente, não cumprir obrigações para as quais tiver sido nomeado sindicante ou relator nos prazos previstos no CPEP poderá ser impedido de participar de sessões do setor até o cumprimento das obrigações em atraso.

**Parágrafo único.** Caberá à corregedoria estabelecer, por portaria, os critérios de descumprimento a serem observados.

## **CAPÍTULO VII** **DO ORGANOGRAMA DO CREMERJ**

**Art. 39.** O Cremerj será organizado administrativamente através de Divisões ou Setores, conforme organograma a ser publicado por Portaria específica da Presidência.

**Parágrafo único.** Cada Setor/Divisão ficará sob a responsabilidade de um membro da Diretoria, também designado por Portaria específica da Presidência.

## **CAPÍTULO VIII** **DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS E LICITAÇÕES**

**Art. 40.** A Comissão Permanente de Licitação será composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes da Administração.

**Parágrafo único.** Os membros serão indicados pelo Presidente, referendados pela Diretoria, com mandato de 12 (doze) meses, permitida a recondução parcial e vedada a recondução da totalidade dos membros, sendo a comissão formalizada por portaria.

**Art. 41.** A Comissão de Tomada de Contas será constituída por três Conselheiros efetivos e três suplentes, eleitos pelo plenário, conjuntamente com cada Diretoria, não podendo dela participar membro da Diretoria, e reunir-se-á mensalmente ou a qualquer tempo por convocação da Plenária ou da Diretoria.

**Parágrafo único.** O mandato da Comissão será coincidente com o da Diretoria, permitida a recondução parcial e vedada a recondução da totalidade dos membros.

**Art. 42.** Compete à Comissão de Tomada de Contas:



- I** – verificar o recebimento das importâncias devidas ao CREMERJ;
- II** – examinar os comprovantes das despesas pagas, bem como a validade das autorizações e respectivas quitações;
- III**– revisar os balancetes e emitir parecer sobre os balanços e a proposta orçamentária apresentados pela Tesouraria;
- IV**– verificar os comprovantes dos recebimentos de doações e subvenções oficiais;
- V** – emitir parecer nos processos de aquisição e alienação de bens imóveis e móveis, verificando o cumprimento da legislação vigente e das normas regimentais;
- VI** – Submeter seus pareceres, obrigatoriamente, à apreciação e deliberação da Plenária.

**Art. 43.** Os membros da Comissão de Tomada de Contas terão direito de acesso a todos os contratos, documentos fiscais, relatórios financeiros e demais elementos que entenderem necessários ao exercício de sua função, mediante solicitação formal à Presidência ou à Diretoria do CREMERJ.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS COMISSÕES ADMINISTRATIVAS, CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO**

**Art. 44.** O CREMERJ poderá instituir Comissões Administrativas, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, com a finalidade de subsidiar tecnicamente suas decisões e promover o aprimoramento de suas atividades institucionais.

**Art. 45.** As Comissões Administrativas terão caráter permanente ou transitório e serão compostas preferencialmente por Conselheiros efetivos ou suplentes, designados pelo Presidente, após consulta à Diretoria e referendo da Plenária.

**Parágrafo único.** Cada Comissão poderá elaborar regimento próprio, sujeito à aprovação pela Plenária.

**Art. 46.** As Câmaras Técnicas são órgãos consultivos compostos por médicos de notório saber na área respectiva, podendo ser Conselheiros ou não, designados pelo Presidente e homologados pela Plenária, com a finalidade de emitir pareceres técnicos sobre matérias relativas à especialidade médica.

**Parágrafo único.** Cada Câmara Técnica terá um conselheiro responsável, a quem compete indicar um coordenador, o qual será designado por portaria da Presidência e que deverá possuir o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na respectiva especialidade ou em especialidade correlata, desde que reconhecida pela Associação Médica Brasileira (AMB).

**Art. 47.** Os Grupos de Trabalho serão instituídos por prazo indeterminado e para finalidade



específica, podendo contar com a participação de profissionais não médicos, desde que reconhecidos por sua atuação na temática objeto do grupo.

**Parágrafo único.** A criação e extinção de Grupos de Trabalho será feita por portaria da Presidência, com aprovação da Plenária.

**Art. 48.** Os pareceres, relatórios e contribuições produzidos pelas Comissões, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho deverão ser submetidos à análise e deliberação da Diretoria ou da Plenária, conforme o caso.

## **CAPÍTULO X**

### **DA GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 49** Fica estabelecido o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-Medicina) como o sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito do CREMERJ, conforme as diretrizes da Resolução CFM nº 2.308/2022.

**§ 1º** O SEI-Medicina será utilizado na produção, edição, assinatura, trâmite, armazenamento e gestão de documentos e processos administrativos, incluindo aqueles relacionados a contratações e licitações, garantindo:

- I – transparência dos atos administrativos;
- II – economicidade e redução do uso de papel;
- III – agilidade processual;
- IV – portabilidade e acessibilidade;
- V – segurança da informação; e
- VI – padronização documental.

**§ 2º** A utilização de meios físicos para a tramitação de processos administrativos será admitida apenas em caráter excepcional, mediante justificativa fundamentada e autorização da Presidência.

**§ 3º** Todos os usuários do SEI-Medicina deverão observar as normas de segurança da informação, proteção de dados pessoais e sigilo documental previstas na legislação vigente, bem como as diretrizes estabelecidas pelo CFM e pelo CREMERJ.

## **CAPÍTULO XI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**



**Art. 50.** O mandato da Diretoria terá duração de 30 (trinta) meses, permitida a reeleição, observado o disposto na legislação de regência e nas normas do Conselho Federal de Medicina.

**Art. 51.** As Assembleias Gerais Ordinárias, anuais, serão convocadas por meio de edital publicado em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e realizadas até o dia 31 de março.

**Art. 52.** O horário de funcionamento dos serviços do Conselho será determinado pela Diretoria, que estabelecerá as normas administrativas para a distribuição eficiente e execução desses serviços.

**Art. 53.** Os colaboradores do CREMERJ serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e pela legislação trabalhista vigente, aplicando-se subsidiariamente as normas internas do Conselho, desde que compatíveis com o regime celetista.

**Parágrafo único.** É vedada a criação, designação ou manutenção de cargos remunerados no âmbito do CREMERJ que não estejam expressamente previstos em seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários, aprovado nos termos da legislação vigente.

**Art. 54.** Todas as contratações de bens e serviços no âmbito do Cremerj deverão observar os princípios da legalidade, moralidade, economicidade, publicidade e planejamento, devendo ser previamente aprovadas em reunião de Diretoria e divulgadas aos Conselheiros, conforme disposto em norma específica.

**Parágrafo único.** A disponibilização de extrato da ata contendo a descrição da contratação, sua justificativa, alinhamento ao planejamento institucional e os votos dos diretores será feita por meio de envio ao e-mail institucional dos Conselheiros, nos termos da Resolução CREMERJ nº 360/2025 ou outra que a venha substituir.

**Art. 55.** As unidades administrativas internas do Cremerj, incluídos os setores Jurídico, de Licitações, de Controle Interno, de Recursos Humanos, de Tecnologia da Informação e demais previstos no organograma vigente, são estruturadas conforme definido em portaria própria da Presidência, respeitada a legislação vigente e o planejamento estratégico institucional.

**Parágrafo único.** A estrutura organizacional do Cremerj será revista sempre que necessário, visando à eficiência administrativa e ao cumprimento de suas finalidades institucionais.

**Art. 56.** As comissões administrativas e câmaras técnicas reunir-se-ão conforme seus regimentos ou normas operacionais específicas, devendo apresentar relatório de atividades anualmente ou sempre que demandadas pela Presidência ou pela Plenária.

**Art. 57.** A Diretoria do Cremerj é responsável por manter sigilo absoluto sobre os dados pessoais dos médicos jurisdicionados, em conformidade com a legislação.

**Parágrafo único.** Esta obrigação é extensiva aos demais Conselheiros e colaboradores do Cremerj.



**Art. 58** Os serviços de Processamento de Dados do Cremerj serão executados com a garantia de proteção de dados exigida pela Legislação em vigor.

**Art. 59.** Os profissionais que atuam no Cremerj devem manter a devida discrição e sigilo das informações a que tiveram acesso durante o exercício de suas atividades. O não cumprimento desta obrigação resulta em responsabilidade administrativa, civil e criminal pela divulgação de dados pertencentes ao Conselho.

**Art. 60.** Este Regimento poderá ser alterado mediante proposta formulada por um ou mais Conselheiros, após parecer de Comissão Específica e encaminhada pela Diretoria do Cremerj para apreciação pela Plenária do Conselho.

**§ 1º** As Plenárias para examinar propostas de alteração do Regimento terão convocação específica.

**§ 2º** As alterações serão consideradas aprovadas quando obtiverem mais de dois terços dos votos dos Conselheiros presentes, observando o quórum determinado pela legislação.

**Art. 61.** Os casos omissos serão apreciados e resolvidos em Sessão Plenária, especificamente convocada para esse fim.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2025.





## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 353/2023**

O novo Regimento Interno define as normas e diretrizes que regem o funcionamento e a estrutura deste órgão, de relevante importância para a classe médica e para a sociedade.

Elaborado com o propósito de assegurar maior clareza, eficiência e transparência nas ações do CREMERJ, o documento materializa o compromisso institucional com a ética, a excelência profissional e a responsabilidade social no exercício da medicina. A redação do Regimento contou com a participação dos Conselheiros Ana Cristina Russo Marques Vicente, André Luís dos Santos Medeiros, Guilherme Castelliano Nadaís, João Hélio Leonardo de Sousa e Marcelo Veloso Peixoto.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro reconhece a necessidade de um instrumento normativo que discipline as atribuições dos cargos da Diretoria, a estrutura e o funcionamento das comissões, as regras aplicáveis às sessões plenárias e as orientações relativas à condução dos processos ético-profissionais. Tal medida visa assegurar um ambiente institucional mais claro, coeso e alinhado às melhores práticas de governança e gestão.

Este Regimento reafirma o compromisso desta instituição com a proteção das informações dos médicos jurisdicionados e com a observância do sigilo em todas as suas atividades, evidenciando o respeito à privacidade e à segurança dos dados sob sua guarda.

Por derradeiro, a adoção deste novo Regimento Interno evidencia o compromisso desta Autarquia com a observância dos mais elevados padrões éticos e profissionais, bem como com o aperfeiçoamento contínuo de sua governança, a fim de garantir uma atuação eficaz, transparente e alinhada aos interesses da classe médica e da sociedade.

Espera-se que o presente Regimento contribua de maneira significativa para o fortalecimento da missão institucional do CREMERJ, voltada à promoção da excelência médica, à valorização da saúde pública e à defesa dos legítimos interesses da classe médica no Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2025.

**ANDRÉ LUÍS DOS SANTOS MEDEIROS**

**CONSELHEIRO RELATOR**

